



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681425 - SC (2021/0227119-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : VILLIAN BAZO
ADVOGADO : VILLIAN BAZO - SC053490
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FERNANDO HENRIQUE DE MORAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO HENRIQUE DE MORAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5030973-72.2021.8.24.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, em razão da suposta prática dos delitos previstos nos artigos 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/2013.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Destaca que o paciente "*não possui qualquer relação de liderança sobre os demais, e é apontado somente como sendo um simples "laranja", assim, não há indicativos ou qualquer meio de prova que leve a crer que o Paciente de fato está envolvido na ORCRIM*" (e-STJ fl. 19).

Aduz que os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Alega que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, seja revogada a prisão preventiva, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 27/28):

[...]

No que diz respeito ao paciente Fernando Henrique, segundo notícia a decisão combatida, há indícios de que componha o terceiro escalão do núcleo criminoso, funcionando como "laranja" da organização, considerado que a partir de monitoramento havido, identificou a autoridade policial que o paciente recebera o produto denominado helional, substância química

sabidamente utilizada no fabrico de drogas sintéticas, tendo-a transportado e entregue em endereço no qual posteriormente chegaram outros 2 (dois) agentes supostamente integrantes do grupo criminoso, Reovaldo e José Luiz, apontados, ambos, como líderes e financiadores da organização, responsáveis pela compra de produtos químicos, produção, estoque e distribuição da droga em ampla escala no território nacional.

Soma-se que, por força do cumprimento de mandado de busca e apreensão, foi localizado na residência de outro investigado/acusado, Pedro Henzel Neto - igualmente apontado como integrante do grupo que comanda dita organização criminosa - contrato de compra e venda, em nome da esposa do ora paciente, do imóvel em que entregue o produto químico helional a Fernando Henrique, a denotar - e reforçar - o argumento do suposto liame entre os agentes, na contramão do articulado pela defesa, no sentido da irrelevância do fato de o paciente residir em imóvel adquirido de um dos financiadores do esquema criminoso.

[...]

Bem por isso, não se diga, nos termos articulados pelo impetrante, que a prisão do paciente sustenta-se, tão somente, no recebimento de produto químico que, em tese, seria destinado ao fabrico de drogas sintéticas, o qual teria sido recebido em apenas uma única oportunidade, em consideração a pedido de um amigo, cuja identificação omitiu-se o impetrante.

Daí infere-se que também a fundamentação para a segregação provisória com base na necessidade da garantia da ordem pública e aplicação da lei penal se houve mediante fundamentação concreta.

Afinal, diante da gravidade e complexidade dos fatos apurados, cujo cumprimento dos mandados de busca e apreensão culminou na apreensão de considerado volume de drogas e dinheiro (em espécie, diga-se) - aproximadamente R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), 80.000 (oitenta mil) comprimidos de ecstasy, 10.700 (dez mil e setecentos) micropontos de LSD - razoável concluir que o estado de liberdade do paciente possa redundar em fuga, a exemplo de outros acusados.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência